

RCD no HABEAS CORPUS Nº 547.073 - RJ (2019/0349602-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
REQUERENTE : JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : FRANCISCO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA JUNIOR -
RJ146560
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 76/78, pela qual indeferi a liminar.

Alega o requerente que, na intenção de diminuir a população carcerária, o CNJ editou, em 17/3/2020, a Recomendação n. 62, dirigida a todos os Tribunais e Magistrados de nossa República, recomendando especial atenção a pessoas presas preventivamente há mais de 90 dias, como o caso dos autos.

Afirma que *o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ceifando qualquer possibilidade de apreciação de pleito de liberdade pelo juízo natural, editou Ato Normativo Conjunto n. 5/2020 (anexo 3) determinando a paralisação total dos atendimentos em todas as comarcas do Tribunal, no período de 14 dias, tendo início no dia 17/3/2020 e prolongando-se até o 31/3/2020 (fl. 114).*

Aduz, por fim, que *o Juiz natural de primeiro grau, em cumprimento ao art. 316, parágrafo único do CPP, no dia 9/3/2020 proferiu decisão ausente de fundamentação mantendo a prisão preventiva lastreada em per relacionem a fatos pretéritos, não levando em consideração os fatos novos produzidos na instrução criminal, bem como o início da pandemia e o risco concreto de contaminação do paciente (fl. 116).*

Requer a concessão de liminar para que seja colocado em liberdade.

É o relatório.

O pedido de liberdade em decorrência da pandemia do coronavírus deve ser

Superior Tribunal de Justiça

analisado pelo Magistrado de primeiro grau, sendo vedada a pretendida supressão de instância.

Cumprido ressaltar que, divergentemente do que foi alegado pelo réu, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro não tornou impossível a apreciação dos pedidos de liberdade interpostos pelos presos e/ou investigados, pois, conforme consta do Ato Normativo colacionado pelo próprio requerente, o regime de plantão permanece, assim como permanecem os serviços judiciários por meio, preferencialmente, do teletrabalho.

Ademais, vê-se pelo portal eletrônico do Tribunal carioca que não houve pedido de revogação da prisão, por parte da defesa, com base na pandemia do coronavírus, sendo que a decisão trazida aos autos, que data de 9/3/2020, deu-se, tão somente, em razão do cumprimento do disposto no art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator